

Construção Coletiva de Propostas para as Políticas do Ensino Médio

3º Encontro da Região Sudeste

Perspectivas curriculares no ensino médio



Foto1: participantes 3º seminário da Região Sudeste

A iniciativa

Esta iniciativa tem por objetivo coordenar a construção coletiva de uma proposta para as políticas públicas de ensino médio, engajando diversas organizações representativas dos agentes envolvidos e alinhadas em torno de princípios comuns, sensíveis aos temas da inclusão, democracia, contemporaneidade e transformação.

São grandes os limites do atual modelo de ensino frente às necessidades de nossas (os) jovens, mas a intensa discussão da reforma deste segmento tem oferecido pouco espaço para a construção coletiva de propostas alternativas que possam unificar os diversos agentes envolvidos.

A despeito do fracasso desse modelo, há escolas e outras instituições com práticas inclusivas, democráticas e transformadoras, que apoiam estudantes a se qualificar academicamente e mostrar sua capacidade de gerar mudanças positivas no seu contexto, o que fortalece o engajamento em sua própria formação. São práticas que se fazem pela mobilização de seus professores, gestores, estudantes, famílias e comunidades.

A Ashoka, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação estão empenhadas em favorecer as

organizações na definição de propostas para as políticas de ensino médio, baseadas em princípios comuns: inclusão, democracia, contemporaneidade e transformação. A iniciativa conta com o patrocínio do Instituto Unibanco, da Fundação Santillana e com o apoio da Associação Cidade Escola Aprendiz e do Escolas Transformadoras, correalizado pela Ashoka e pelo Instituto Alana.

São realizadas séries de encontros por grande região do país, com participação presencial e virtual, para apresentação de propostas de políticas para o ensino médio e busca de convergências. Os materiais produzidos pelas organizações participantes, bem como o registro dos encontros, estão disponíveis em portal eletrônico da iniciativa (<https://www.politicasensinomedio.org/>) e nos de instituições parceiras, de modo a difundir amplamente a iniciativa. O processo deverá gerar um documento final em torno do qual se possa estabelecer interlocução produtiva com autoridades do poder público.

3º Encontro da Região Sudeste

Em 30 de março de 2019, ocorreu o terceiro seminário da iniciativa, no auditório da Faculdade de Educação da USP. O tema foi *Perspectivas curriculares no ensino médio*. O encontro tratou de variadas formas de pensar e organizar os currículos no ensino médio, considerando os fundamentos, possibilidades das instituições, necessidades e interesses dos jovens. Procurou explicitar diferentes compreensões dos participantes a respeito dos impactos da implementação das políticas curriculares para os jovens, para as instituições de ensino e para a sociedade brasileira. Teve por objetivo elucidar possibilidades de organização e fundamentação que visem a superar as dificuldades encontradas pelos jovens e pelas instituições, por meio do diálogo e construção de propostas de políticas públicas.

O encontro contou com 48 pessoas (anexo I) vinculadas a 29 organizações do país¹¹, reunidas em torno dos princípios da iniciativa. Além destas, outras 140 pessoas se inscreveram e, embora não tenham podido participar deste encontro, receberam informações. Algumas submeteram propostas e solicitaram ser informadas sobre o andamento da iniciativa para participar dos próximos. Integrantes de universidades, de escolas, instituições educacionais e coletivos de jovens com propostas inovadoras apresentaram suas experiências, expuseram e discutiram propostas de políticas para o ensino médio. Ao final, aprovaram um conjunto de propostas e fizeram recomendações para o encaminhamento da iniciativa.

Elie Ghanem, professor da Feusp e coordenador da iniciativa, iniciou o seminário com uma fala precisa sobre o modo de se produzir políticas públicas educacionais no país, marcada por uma lógica pouco participativa. Em suma, as pessoas e instituições mais impactadas pelas políticas não têm a tradição em participar efetivamente de sua

¹¹ São elas: Anhanguera (Cotia), Ashoka, Associação Cidade Escola Aprendiz, Centro Paula Souza, Cenpec, Colégio de Aplicação da UFRGS, Colégio Hebraico Brasileiro Renascença, Colégio Rainha da Paz, Colégio Viver, Escola Estadual Alberto Torres, Escola Estadual Anhanguera, Escola Estadual Antoine Exupery, Escola Municipal de Ensino Fundamental Mário Lago, Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Antônio Sampaio, Escola de Aplicação da USP, Escola Teia Multicultural, Escola de Engenharia de Lorena/USP, Feusp, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, Plano de Menina, PUC/SP, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal de Tocantins, Ufscar, Unesp Marília, Univesp e St.John's International School.

construção. Este conjunto de seminários propõe um modo coletivo e participativo de se elaborar políticas públicas.

Brigitte Haertel, professora da Universidade Federal do Tocantins (UFTO) e organizadora desta iniciativa na Região Norte, expôs as peculiaridades do ensino médio e superior no interior de Tocantins, com relevante presença indígena e quilombola. A expressiva diversidade sociocultural de sua instituição será um dos fatores de destaque durante o seminário da iniciativa, prevista para ocorrer em Palmas, no dia 30 de abril.

Helena Singer, líder da estratégia de juventude da Ashoka na América Latina e integrante da Comissão desta iniciativa, lembrou os assuntos tratados no seminário anterior (23/02/2019) e explicou a estrutura do encontro, centrado na perspectiva de se construir propostas de políticas voltadas para a construção curricular do ensino médio. Com o objetivo de subsidiar as pessoas presentes com experiências escolares inspiradoras, duas instituições foram convidadas a se apresentar na mostra, pois apresentam projetos pedagógicos inclusivos, democráticos e norteados por uma perspectiva transformadora.



Foto 2: Da esquerda para direita: Helena Singer (Ashoka), Brigitte Haertel (UFTO) e Elie Ghanem (Feusp).

Mostra de Experiências

O seminário ocorreu entre as 9 e as 17 horas. O período matutino foi destinado à mostra e debate de experiências escolares sobre trajetórias/percursos formativos diversificados, currículos contextualizados e projetos interdisciplinares ou temáticos/roteiros interdisciplinares ou temáticos. Esta mostra contou com a participação de educadores, estudantes e gestores das seguintes organizações: Escola Teia Multicultural (São Paulo/SP) e Colégio de Aplicação da UFRGS (Porto Alegre/SP).



Foto 3: Da esquerda para direita: Georgya Correa (Diretora, Teia Multicultural), Ângelo Fagnani (Estudante, Teia Multicultural), Francisley Dias (Educador, Teia Multicultural), Lucas Justo (Estagiário, Teia Cultural), Aritanã Ribeiro (Educador, Teia Multicultural) e Lucas Correa (Educador, Teia Multicultural).

A Escola Teia Multicultural (<https://www.teiamulticultural.com.br/site/>) apresentou um pouco de suas experiências curriculares, a partir das perspectivas de estudantes, educadores e gestora da instituição. Georgya contou a história da escola (14 anos) e de sua linha de trabalho. A Teia é uma escola de educação integral, que conduz os processos de ensino e aprendizagem por meio de dois eixos estruturantes: as artes e o autoconhecimento. A escola organiza seu currículo por projetos e propõe aos seus estudantes a criação de produções artísticas coletivas.

Ângelo, estudante do ensino médio, entrou na Teia ano passado após um histórico de dificuldade de adaptação em outras escolas. Contudo, segundo o jovem, encontrou um espaço propício para aprender na Teia, pois foi bem acolhido, adaptou-se à flexibilidade temporal da escola e seus desejos de aprender foram contemplados pelos projetos da escola estruturados pelas artes e autoconhecimento. Lucas Justo, recém-formado no ensino médio, estudou durante cinco anos na Teia e, este ano, mesmo formado, retornou à escola para colaborar com seu funcionamento, cuidando do prédio ("da casa"), da piscina e dos resíduos sólidos produzidos pela escola, participando do processo de construção de uma sede inteiramente sustentável.

Os educadores da escola Francisley Dias e Lucas Correa ressaltaram a autonomia de trabalho na escola (por meio de trilhas de aprendizagem, aspecto chamado pela BNCC de itinerários), as relações de confiança construídas (empatia na prática), a garantia de espaços de aproximação entre jovens e professores, a coragem e a criatividade da proposta da Teia.



Foto 4: Kelly Silva (professora de sociologia do Colégio de Aplicação da UFRGS)

Os colégios de aplicação foram um dos produtos do movimento escolanovista brasileiro. Na esfera federal, a Portaria 959/2013 estabelece as diretrizes gerais do funcionamento destes colégios, que são unidades de educação básica mantidas por universidades federais, cujo objetivo é promover, indissociavelmente, o ensino, a pesquisa e a extensão direcionados à inovação pedagógica e à formação docente na educação básica. O Colégio de Aplicação da UFRGS (<https://www.ufrgs.br/colegiodeaplicacao/>) foi oficialmente fundado em 1954. Hoje, conta com mais de 700 estudantes e com todos professores em regime de dedicação integral.

Kelly Silva contextualizou a realidade do colégio e apresentou algumas das disciplinas eletivas pertencentes ao currículo do ensino médio. Ao longo de sua fala, ressaltou as inovações curriculares, protagonizadas pelo colégio, anteriores à BNCC: disciplinas eletivas, possibilidades interdisciplinares, autonomia dentro do currículo, atividades diferenciadas no entorno da escola, projetos temáticos contando com o apoio de atores externos à escola (como políticos, ONGs e institutos culturais) e o privilégio de contar com um corpo docente estável e com dedicação integral.

Depoimentos de estudantes, por meio de vídeos curtos, trouxeram maior complexidade à experiência de abrir o currículo à escolha dos jovens. Os jovens foram taxativos ao atribuírem grande importância às disciplinas eletivas, pois é um espaço em que podem escolher o que estudar, pois “escolher” não é uma ação muito comum em escolas. As eletivas se configuram como um espaço de liberdade e criatividade aos estudantes, no entanto, do ponto de vista temporal, é uma atividade circunscrita às tardes de quarta-feira. O restante do período letivo é destinado às disciplinas e temas com pouca abertura à escolha dos jovens.

Houve um intenso diálogo entre o público presente e os integrantes das duas escolas. Instigados pelas exposições e debates subsequentes, os participantes

produziram notas para subsidiar as discussões em torno das propostas de políticas públicas a ocorrer no período da tarde:

Notas: “quanto à dificuldade da professora porto-alegrense em ampliar as seletivas, por que não utilizar de e-learning para passar o conteúdo para os alunos via internet? A Unesp, por exemplo, disponibiliza aulas antes que podem ser acessadas pelos alunos”; “como funciona a educação empreendedora? Se aplicado na escola pública, pode ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente (Caso eles já queiram colocar em prática)”; “O aluno que não optou por determinada disciplina, corre o risco de ser prejudicado no Enem?” “Por que o sistema de informação sobre políticas de emprego e renda não inclui uma possibilidade de iniciação científica para alunos e assim, com impacto na carga horária do ensino médio?”; “pensar eletivas (que podem ser multisseriadas) como componentes dos itinerários formativos”; “estudos do meio podem contribuir muito nesse sentido”; “pensar programas de iniciação científica inseridos nos itinerários, ampliar a noção de trabalho que inclua trabalho acadêmico”; “como garantir o trânsito dos alunos entre instituições? O que baliza as competências requeridas nos percursos?”

Debate e aprovação de propostas

Nas semanas que antecederam o encontro, participantes submeteram propostas, segmentadas em quatro eixos: *Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos; Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares; Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.* A Comissão Coordenadora da iniciativa recebeu, ao longo do período de inscrição, 19 propostas (anexo II). Dentre estas, 7 foram consideradas pertinentes à temática do dia e as demais foram encaminhadas para os encontros seguintes ou foi solicitado a seus autores sua reelaboração para o atendimento às normas exigidas.

Redigir e elaborar propostas de políticas públicas é um desafio. Parte das propostas ou pretende narrar resultados parciais de pesquisas em andamento ou descreve ações pontuais ocorridas em estabelecimentos educacionais isolados. Para nortear a discussão das propostas e, ainda mais importante, orientar os participantes a repensarem suas propostas, duas questões foram propostas:

- a) Que tipo de política públicas asseguraria a continuidade dos projetos pedagógicos transformadores das escolas participantes da Mostra, a despeito de mudanças no governo?
- b) Que tipo de política pública “contaminaria” as redes escolares com as práticas inclusivas, democráticas e transformadoras presentes nos exemplos da Mostra?

Antes da divisão em grupos menores, que se responsabilizariam pelas propostas de cada eixo, as sete propostas validadas foram apresentadas e rapidamente discutidas.

Eixos temáticos

A) Eixos: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos.

Após a leitura das notas feitas pelos participantes para este eixo durante o período da manhã, foram reapresentadas as propostas aprovadas nos encontros anteriores que também se referem ao tema da política curricular:

Estratégias curriculares para o engajamento dos estudantes em ações coletivas:

1. As jornadas de trabalho dos professores precisam oferecer condições para:
 - Fazerem articulações na comunidade
 - Todos participarem do trabalho coletivo
 - Dedicarem-se em tempo integral a uma escola
2. As políticas curriculares devem prever:
 - A participação ativa dos estudantes no planejamento pedagógico
 - A estrutura dos currículos escolares por projetos

Estratégias curriculares para a elaboração de projetos de vida

1. Proporcionar experiências a partir de diferentes abordagens (artes, narrativas, sensibilização, práticas corporais) que qualifiquem trajetórias pessoais, autoconhecimento, valorização de si e dos outros e a responsabilidade pelo mundo.
2. Proporcionar ao estudante a escolha de trilhas curriculares, de acordo com a base curricular, orientada pelos projetos de vida e mediada por tutor, que o ampare em suas escolhas.
3. Trilhas curriculares organizadas por projetos.
4. Possibilitar ao estudante a investigação e a vivência de outras realidades.

Por fim, foram debatidas as propostas para este eixo, em grupo menor dedicado exclusivamente a esta tarefa.

1. Viviane Pinheiro – Feusp (São Paulo/SP)

Objetivo: Esta proposta tem por objetivo incentivar a organização curricular flexível, considerando o processo de construção dos projetos de vida dos jovens alunos e alunas ao longo do ensino médio.

Descrição: Criação do Programa de Incentivo à Flexibilização Curricular no Ensino Médio. Com base na garantia estabelecida pela Lei nº 9.394/ 1996, de autonomia de organização curricular pelas escolas, e na Lei 13.415/2017, no parágrafo 7º, do Artigo 35-A, que sinaliza que “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”, propomos que seja criado no MEC, em corresponsabilidade com secretarias estaduais e municipais, um programa para oferecer apoio especializado e recursos financeiros a instituições de ensino médio que se disponham à organização curricular flexível, necessária à formação integral dos alunos e alunas.

O programa promoverá formação continuada aos docentes e gestores, de forma a impactar:

- as organizações curriculares, a partir de outros formatos (incluindo a possibilidade de organização por módulos e créditos com terminalidade específica – Parágrafo 10, Artigo 35-A, Lei nº 13.415/ 2017)
- as articulações com outras instituições técnicas ou programas de trabalho destinados ao jovem, que possibilitem a formação técnica e profissional.
- as trajetórias escolares dos jovens no cumprimento da carga horária estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, em mais do que os três anos previstos, de acordo com as suas necessidades.
- a orientação aos alunos e alunas nos seus processos de escolha a respeito da atuação profissional e exercício da cidadania.
- Haverá subsídios financeiros às escolas que aderirem ao programa de forma a garantir infraestrutura adequada para a flexibilização curricular, como laboratórios de ciências da natureza e de informática. **(proposta aprovada, porém, reelaborada a partir dos consensos com a proposta 2 deste eixo)**

2. Maria Amélia Cupertino – Colégio Viver (Cotia/SP)

Objetivo: A proposta tem como objetivo central apontar uma possibilidade de organização curricular flexível, que leve em conta tanto os requisitos de formação básica como os interesses específicos dos alunos e as necessidades do grupo (tanto do ponto de vista de sua formação sociocultural, como do ponto de vista afetivo).

Descrição: Criar um sistema alternativo ao tradicional no refere aos requisitos mínimos, organização de grade e sistema de promoção. As escolas poderiam optar por manter o sistema tradicional de organização ou adotar esse. Resumidamente, o sistema proposto teria como base o sistema de créditos das Universidades, mas incluiria não só as disciplinas tradicionais com aulas obrigatórias, como também aulas optativas, roteiros de estudos autônomos, projetos pessoais, estágios, e horas de extensão cultural. Com isso, permitiria que os estudantes montassem suas trajetórias a partir de seus interesses, porém mantendo uma base comum de conhecimento. As escolas que optassem por esse sistema compartilhariam entre si uma plataforma com roteiros de estudo, mapas de conteúdo, atividades de avaliação. Quanto aos requisitos necessários (número de créditos em estudos autônomos, por exemplo) há duas opções: estabelecer requisitos comuns a todas as escolas participantes, ou deixar uma margem de decisão a cada equipe. O sistema proposto pode ser adaptado para a serialização, mas em princípio seria não seriado. **(proposta aprovada, porém, reelaborada a partir dos consensos com a proposta 1 deste eixo).**

3. Léssio Lima Cardoso – Diretoria de Ensino Sul 3 (São Paulo/SP)

Objetivo: Utilizar a tecnologia digital para organizar o currículo em função das diversas trajetórias/percursos formativos.

Descrição: Desenvolver uma plataforma online, nas redes de ensino, para orientar o projeto de vida e, por conseguinte, também a trajetória/percurso formativo. Além da plataforma digital, estabelecer condições para que os professores das redes atuem como tutores, isto é, mediadores entre os educandos e seus projetos de vida, por meio de ações voltadas para a formação continuada e inicial dos profissionais da educação. Estabelece, para o professor tutor, a carga horária semanal de 40 horas, com reserva de horário para sua formação e acompanhamento dos educandos. Esta proposta prevê ações de incentivo para parcerias com agentes externos, na área de assessoria técnica,

formação de tutores e desenvolvimento da plataforma. Para estruturar os percursos formativos, esta proposta opta pelo estímulo ao empreendedorismo. **(não houve a construção de consensos em torno desta proposta. Entre os pontos assinalados como problemáticos, ressaltou-se que a normativa de 40 horas semanal para todos os professores é inviável para escolas pequenas).**

Proposta reelaborada e aprovada na assembleia final:

Criação do Programa de Incentivo à Flexibilização Curricular no Ensino Médio. Com base na garantia estabelecida pela Lei nº 9.394/ 1996, de autonomia de organização curricular pelas escolas, e na Lei 13.415/2017, no parágrafo 7º, do Artigo 35-A, que sinaliza que “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”, propomos que seja criado no MEC, em corresponsabilidade com secretarias estaduais e municipais, um programa para oferecer apoio especializado e recursos financeiros a instituições de ensino médio que se disponham à organização curricular flexível, necessária à formação integral dos alunos e alunas.

O programa promoverá formação continuada aos docentes e gestores, de forma a impactar:

- as organizações curriculares, a partir de outros formatos (incluindo a possibilidade de organização por módulos e créditos com terminalidade específica – Parágrafo 10, Artigo 35-A, Lei nº 13.415/ 2017)
- as articulações com outras instituições técnicas ou programas de trabalho destinados ao jovem, que possibilitem a formação técnica e profissional.
- as trajetórias escolares dos jovens no cumprimento da carga horária estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, em mais do que os três anos previstos, de acordo com as suas necessidades.
- a orientação aos alunos e alunas nos seus processos de escolha a respeito da atuação profissional e exercício da cidadania.

Haverá subsídios financeiros às escolas que aderirem ao programa de forma a garantir infraestrutura adequada para a flexibilização curricular, como laboratórios de ciências da natureza e de informática.

Criar programa de âmbito federal, em parceria com estados e municípios, com os objetivos de:

- institucionalizar, no âmbito das secretarias e coordenadorias, a promoção de formação docente e proposição de um currículo diversificado.
- criar condições de apoio à formação das pessoas e a construção de trilhas de aprendizado.
- favorecer o intercâmbio de experiências entre escolas inovadoras, que já diversificam o currículo, com foco em promover, aproximar e apoiar estas escolas.

B) Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas

Após a leitura das notas feitas pelos participantes no período da manhã sobre este eixo, a proposta foi debatida, em grupo menor dedicado exclusivamente a esta tarefa.

1. Elie Ghanem – Feusp (São Paulo/SP)

Objetivo: Incentivar o aprendizado de aspectos de subjetividade pessoal e de realidades locais contribuindo com a fundamentação de opiniões de integrantes de comunidades escolares e de grupos próximos.

Descrição: Programa do MEC em corresponsabilidade com secretarias estaduais e municipais de educação para fornecer apoio especializado e recursos financeiros a projetos de grupos de docentes dedicados a levantar temas de investigação participativa e realização de debates públicos em seus estabelecimentos, centrados em aspectos de subjetividade pessoal e de realidades locais. **(proposta aprovada sem alterações)**

Proposta reelaborada e aprovada na assembleia final:

Objetivo: Incentivar o aprendizado de aspectos de subjetividade pessoal e de realidades locais contribuindo com a fundamentação de opiniões de integrantes de comunidades escolares e de grupos próximos.

Descrição: Programa do MEC em corresponsabilidade com secretarias estaduais e municipais de educação para fornecer apoio especializado e recursos financeiros a projetos de grupos de docentes dedicados a levantar temas de investigação participativa e realização de debates públicos em seus estabelecimentos, centrados em aspectos de subjetividade pessoal e de realidades locais.

c) Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares

Após a leitura das notas feitas pelos participantes no período da manhã sobre este eixo, foram apresentadas e debatidas as propostas para este eixo:

1. Elie Ghanem – Feusp (São Paulo/SP)

Objetivo: Proporcionar adequação entre a escolarização de nível médio e a integração de jovens à economia.

Descrição: Criar um sistema de informação sobre políticas de emprego e renda, assim como sobre vagas em empregos e outras oportunidades de geração de renda para estudantes concluintes do ensino médio, que subsidie corpos docentes e discentes a realizar o objetivo constitucional (art. 205) de qualificação para o trabalho. **(proposta aprovada com pequenas alterações).**

2. Douglas Ladislau – Ashoka (São Paulo/SP)

Objetivo: Instituir uma política pública nacional de desenvolvimento tecnocientífico atrelada às construções curriculares de escolas de nível médio.

Descrição: A BNCC do Ensino Médio apresenta novidades curriculares no que tange aos aprendizados tecnocientíficos. Há, por exemplo, a exigência de se desenvolver competências nos campos do pensamento computacional e da cultura digital. Além disso, as DCNEM tornam possível, em escolas de nível médio, a chamada educação a distância. No Brasil atual, educação a distância virou sinônimo de educação mediada por

TICs. Dada a assimetria percebida no campo do desenvolvimento tecnocientífico, a construção de artefatos educacionais que auxiliam uma educação a distância concentra-se em uma rede circunscrita às grandes corporações tecnocientíficas, muitas delas transnacionais, cujas plantas de P&D&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) encontram-se em poucos países do Norte. Observa-se a proliferação destes artefatos tecnológicos educacionais no país, cujos princípios são a privatização, financeirização e fechamento destes artefatos por meio das obsoletas normativas do patenteamento e propriedade intelectual e industrial. Para fazer frente a esses desafios, esta proposta estabelece diretrizes para a construção de uma política pública nacional de desenvolvimento tecnocientífico atrelada às construções curriculares de escolas de nível médio em curso.

Diretrizes:

1. O desenvolvimento, fornecimento e manutenção de tecnologias educacionais (termo em uso pelo MEC, conforme política nacional de avaliação de artefatos tecnológicos voltados para a educação básica) deve se dar, obrigatoriamente nas seguintes instituições:

1.1 Escolas de nível médio, técnicas ou regulares;

1.2 Universidades ou centros de pesquisa públicos;

1.3 Universidades ou centros de pesquisa privados, sem fins lucrativos, com notável relevância, a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional (Capes e CNPq para políticas nacionais, e também instituições estaduais, como a Fapesp);

1.4 Organizações do terceiro setor que atuem na área de P&D&I, com trabalho de notável relevância, a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional (Capes e CNPq para políticas nacionais, e também instituições estaduais, como a Fapesp);

1.5 Empresas e corporações tecnocientíficas privadas e lucrativas, com trabalho de notável relevância, a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional (Capes e CNPq para políticas nacionais, e também instituições estaduais, como a Fapesp).

2. Nos casos em que o desenvolvimento, fornecimento e manutenção de tecnologias educacionais ocorram nas instituições citadas em 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, a etapa de desenvolvimento deve ocorrer em coparticipação com, pelo menos, 20 unidades escolares públicas de nível médio, com preferência para aquelas situadas em territórios marcados pela ausência de equipamentos públicos culturais e tecnocientíficos e com alto índice de vulnerabilidade social.

3. Nos casos em que o desenvolvimento, fornecimento e manutenção de tecnologias educacionais ocorram nas instituições citadas em 1.5, haverá a contraprestação obrigatória para cada tecnologia vendida para um dos entes federativos, por parte da empresa ou corporação fornecedora. A empresa ou corporação desenvolvedora, fornecedora ou mantenedora de tecnologias educacionais (aqui se enquadram também as instituições responsáveis por implantar a educação a distância mediada por TICs em escolas públicas) será obrigada a reinvestir 50% de todo o lucro líquido auferido em contratos com o poder público em: construção de Fab Labs, no fornecimento de internet banda larga e no treinamento técnico do pessoal responsável por esses artefatos em unidades escolares públicas de nível médio, com preferência para aquelas situadas em territórios marcados pela ausência de equipamentos públicos culturais e tecnocientíficos e com alto índice de vulnerabilidade social.

4. Toda tecnologia educacional destinada às escolas de educação básica deverão respeitar os princípios do REA (recursos educacionais abertos): código aberto e registrados em domínio público ou licença aberta. **(proposta aprovada com alterações)**

3. Alfonso Paiva – Diretoria de Ensino Sul 3 (São Paulo/SP)

Objetivo: Promover a organização curricular que favoreça abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares de forma contextualizada.

Descrição: As ações deverão atuar em duas linhas de frente, uma voltada a formação inicial e outra direcionada a formação continuada de professores e demais educadores. -Nesse sentido, promover ações (debates, seminários, vídeo conferências, programas de televisão e internet e consulta via plataformas digitais) que devem mobilizar a sociedade civil organizada e as instituições de ensino superior a debater as diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura no sentido de formar docentes e gestores capacitados a trabalharem de forma interdisciplinar, não disciplinar e contextualizada. Tais debates devem envolver o MEC, as secretarias estaduais/ municipais de educação, bem como seus respectivos conselhos de educação. -Estimular as secretarias de educação a contratarem os professores em regime integral (40h), reservando parte dessa carga horária exclusivamente para estudos individuais e coletivos. -Promover o debate no MEC e no Conselho Nacional de Educação de modo a garantir que as disciplinas na área de didática e metodologia de ensino das disciplinas específicas sejam ministradas por mestres ou doutores cujas respectivas pesquisas abordem a temática. As ações relativas à formação continuada devem ser promovidas pelas secretarias municipais/ estaduais e suas respectivas diretorias regionais. As mesmas devem envolver seminários, disseminação de boas práticas, ciclo de debates, cursos e orientações técnicas para todos os educadores (professores, gestores e demais funções). As primeiras ações devem ser de sensibilização da comunidade escolar, seguidas de outras de formação e implantação de projetos nas unidades escolares. Para esse fim, as secretarias ou diretorias regionais poderão estabelecer parcerias com organizações não governamentais e/ou universidades. Para estimular as escolas a desenvolverem projetos interdisciplinares, as secretarias deverão criar programas de implementação de projetos descentralizados nas unidades escolares da educação básica para disponibilização de recursos financeiros. **(não houve tempo hábil para construir consensos sobre a proposta no grupo menor. Ela foi apresentada na Assembleia final e ali foi indicado que não se deve mais deliberar sobre propostas cujos autores não estiverem presentes.)**

Propostas reelaboradas pelo grupo de trabalho e aprovadas na assembleia final

1. *Objetivo:* Proporcionar adequação entre a escolarização de nível médio e a integração de jovens ao mundo do trabalho. *Formato:* sistema de informação, com dados regionalizados a partir de fontes existentes de diversos setores, sobre políticas de emprego e renda, vagas e outras oportunidades de geração de renda para estudantes do ensino médio, ao longo de todo o curso, que subsidie corpos docentes e discentes a realizar o objetivo constitucional (art. 205) de qualificação.
 - Incluir o objetivo de qualificação para o trabalho entre os aspectos a serem avaliados na educação escolar para o trabalho.
 - O sistema de informação proposto precisa da interação com o professorado e grupos gestores de estabelecimentos e redes, permitindo que influam em seu formato e formas de utilização.

- Requer destinação de recursos financeiros para a criação e operação do sistema de informação.
 - Incluir o trabalho e suas diversas dimensões na formulação de objetivos de aprendizagem, considerando: trabalho alienado e criativo, direitos e relações trabalhistas, trabalho infantil e o análogo de escravo, movimentos e organizações de categorias ocupacionais, as limitações dos mercados de trabalho e as possibilidades de adequá-lo, com políticas econômicas democráticas, às necessidades de quem trabalha.
 - Estimular a formulação de orientação didática para abordagem transdisciplinar, interdisciplinar ou não disciplinar do tema.
 - Incluir a abordagem transdisciplinar, interdisciplinar e não disciplinar nos percursos formativos das redes de ensino.
2. O desenvolvimento, fornecimento e manutenção de tecnologias educacionais deve se dar nas escolas de nível médio, técnicas ou regulares. Toda tecnologia educacional destinada às escolas de educação básica deverá respeitar os princípios do REA (recursos educacionais abertos): código aberto e registrado em domínio público ou licença aberta.

Também será possível ofertar a política em:

- Universidades ou centros de pesquisa públicos;
- Universidades ou centros de pesquisa privados, sem fins lucrativos, com notável relevância, a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional;
- Organizações da sociedade civil de interesse público que atuem na área de P&D&I, com trabalho de notável relevância, a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional;

As instituições citadas deverão desenvolver os artefatos em coparticipação com, pelo menos, 20 unidades escolares públicas de nível médio, com preferência para aquelas situadas em territórios marcados pela ausência de equipamentos públicos culturais e tecnocientíficos e com alto índice de vulnerabilidade social.

A política poderá ser ofertada a empresas e corporações tecnocientíficas privadas e lucrativas, com trabalho de notável relevância a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional, sob as seguintes condições:

- Contraprestação obrigatória para cada tecnologia vendida para um dos entes federativos.
- Reinvestimento de 50% de todo o lucro líquido auferido em contratos com o poder público em: construção de laboratórios com tecnologias digitais e analógicas; fornecimento de internet banda larga; treinamento técnico do pessoal responsável por esses artefatos;
- A contraprestação obrigatória se dará em unidades escolares públicas de nível médio, com preferência para aquelas situadas em territórios marcados pela ausência de equipamentos públicos culturais e tecnocientíficos e com alto índice de vulnerabilidade social.

A avaliação da qualidade e relevância das organizações envolvidas nesta política será feita por Capes e CNPq para políticas nacionais, e também instituições estaduais, como as Fundações de Amparo à Pesquisa.

- Incluir abordagens transdisciplinares nos currículos de formação de professores na perspectiva da pesquisa e desenvolvimento;
- Fomentar residência pedagógica dos estudantes universitários nos espaços de produção tecnocientífica das unidades escolares de nível médio.
- As universidades e organizações da sociedade civil de interesse público que fizerem parceria com as escolas de ensino médio para a criação de tecnologias educacionais deverão oferecer formação para as abordagens transdisciplinares, interdisciplinares e não disciplinares.
- As escolas que se convertem em centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação priorizarão as abordagens curriculares transdisciplinares, interdisciplinares e não disciplinares.

Próximos seminários da Região Sudeste

4/5/2019 - Responsabilidades da sociedade com as juventudes

15/6/2019- Ensino médio e gestão da educação

Seminários em outras regiões

30/04/2019 – Região Norte: Palmas, Tocantins.(previsto)

17/6/2019 e 18/06/2019 – Região Sul: Jacarezinho, Paraná.

20 a 22/6/2019 – Região Centro-Oeste: Brasília, DF

Comissão responsável pela iniciativa

Elie Ghanem (Sociologia da Educação) – coordenação geral

Bruno Bontempi (Chefe do Departamento de História da educação)

Felipe Souza Tarabola (Escola de Aplicação)

Jacqueline Brito Sant'anna (Escola de Aplicação)

Viviane Potenza Guimarães Pinheiro (Psicologia da Educação)

Carlota Josefina Cardoso Malta dos Reis Boto (História da Educação)

Ashoka

Douglas Ladislau dos Santos – coordenação executiva

Helena Singer (Estratégia de Juventude América Latina)

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Andressa Pellanda (Coordenação Geral)

Roberto Catelli (Comitê Diretivo)

Maria Lúcia Costa Pedro

Fotografia: Viviane Potenza Guimarães Pinheiro



Anexo I – Participantes

Quadro 1A: Participantes do seminário Perspectivas curriculares no ensino médio

Nome	Cidade	E-mail	Instituição
jose cicero dos santos	vargem grande paulista - SP	santosjosecicero523@gmail.com	anhanguera
Thais Paiva	São Paulo	thaispaiva@aprendiz.org.br	Aprendiz
Douglas Ladislau dos Santos	São Paulo - SP	dladislau@ashoka.org	Ashoka Brasil
Helena Singer	São Paulo	hsinger@ashoka.org	Ashoka Brasil
Elizabeth Carolina Tenorio Calderon	São Paulo	elizabeth.tenorio@gmail.com	CEETEPS
Helena Freire Weffort	São Paulo	helenafw@gmail.com	Cenpec
Kelly Cristine Correa a Silva	Porto Alegre/RS	kellysociologia@gmail.com	Colégio de Aplicação UFRGS
ALEXANDRO ALBERTO PEREIRA	São Paulo	alexandro.pereira@outlook.com	COLÉGIO HEBRAICO BRASILEIRO RENASCENÇA
caio M Costa	São paulo	caiomcosta@rainhadapaz.g12.br	Colegio Rainha da Paz
Eduardo Peterle Nascimento	São Paulo	eduardo.nascimento@rainhadapaz.g12.br	Colégio Rainha da Paz
Maria Amelia Cupertino	SAO PAULO	mariaamela@colegioviver.com.br	Colégio Viver
Rafael Silva de Andrade	SAO PAULO	rafael.hobs@gmail.com	E.E Anhanguera
Franklin da Silva Bernardes	São Paulo - São Paulo	bernardesfranklin@gmail.com	EE ANTOINE S EXUPERY - EMF MARIO LAGO
Paulo A. Suzuki	Lorena SP	pasuzuki@uol.com.br	EEL USP
NANCY CRISTINA MASSON	São Paulo	ncmasson@bol.com.br	EMEFM Ver. Antonio Sampaio
José Carlos Carreira	São Paulo	icc@usp.br	Escola de Aplicação da FEUSP
Sahsha Dellatorre	São Paulo	sahsha@usp.br	Escola de Aplicação da FEUSP
CRISTIANE LOPES DOS SANTOS	São Paulo	trica2410@gmail.com	Escola Estadual Alberto Torres
Donny K de C P Nascimento	São Paulo-SP	donnykurovski@gmail.com	estudante
Cristiane Santos Barbosa	São Paulo	cristiane.sb@bol.com.br	FE USP
Leticia Teruel de Oliveira Pauferro	São Caetano do Sul - SP	leticia_sol@hotmail.com	FE USP e EE Dr. Fausto Cardoso Figueira de Mello
Elie Ghanem	São Paulo SP	elie@usp.br	Feusp
THAÍ MUSTAFÉ SCHNECK FERREIRA	SANTOS - SP	thaismusta@gmail.com	NÃO
Amanda Rodrigues Guimarães	São Paulo, São Paulo	rodrigues.amandaa17@gmail.com	Plano de Menina
Antonio Torquato da Silva	São Paulo - SP	antonio251097@hotmail.com	PUC - SP
Rosália Maria Medeiros Torquato da Silva	São Paulo - SP	rosaliatorquato@hotmail.com	PUC - SP
Vania Masami Matsuno	São Paulo SP	vaniamasami@prof.educacao.sp.gov.br	PUCSP e SEE
Raquel do Nascimento Gomes	São Paulo	editoraaguaviva@gmail.com	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
Paula Giampietri Franco	São Paulo - SP	paulagiampietri@gmail.com	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
Rodrigo De Lima	SP	rodrigohist@hotmail.com	SED
Viviane	São Paulo	vipinheiro@usp.br	Sim. FEUSP.
Brigitte Ursula Stach Haertel	São Paulo	bhaertel@gmail.com	Sim. Universidade Federal do Tocantins
Vanessa Carnicelli	São Paulo	anunciatamoschetti@gmail.com	St.John's International School
Francisley da Silva Dias	São Paulo	sdfrancisley@gmail.com	Teia Multicultural
Lucas Singer Justo	São Paulo	lucassinger64@gmail.com	Teia Multicultural
Lucas	São Paulo		Teia Multicultural
Georgya Correa	São Paulo	georgyacorrea.teia@gmail.com	Teia Multicultural
Aritaná Ribeiro	São Paulo	tanaoribeiro.teia@gmail.com	Teia Multicultural
Ângelo Fagnani	São Paulo	angelolf0076@gmail.com	Teia Multicultural
Lucas Lourenço Figueiredo	Mauá - SP	lucas_lourenco_figueiredo@hotmail.com	UFABC
José Edson de Oliveira	sorocaba	josedsonoliveira1@gmail.com	Ufscar - Sorocaba - estudante de pedagogia
Jacqueline Marinho de Sousa	São Paulo	jacque.sousa23@gmail.com	Unesp Marília
Lara Cristina Cioffi	Ariquemes - RO	lara@unir.br	UNIR
Lucca Maziero Ortega	São Paulo	lucca.ortega@usp.br	Universidade de São Paulo
Fátima Teixeira Nunes de Oliveira	São Paulo	fatima.teixeiraooliveira@gmail.com	Univesp
Donny Kurovski de Castro Paiva Nascimento	São Paulo- Sp	donny.paiva@usp.br	USP
Vitor moura Romeiro	São Paulo	vitor.romeiro@usp.br	USP
João Francisco Almeida Leite	São Paulo		

Quadro1B: Pessoas inscritas no seminário Perspectivas curriculares no ensino médio

Nome	Instituição
ALEXANDRO ALBERTO PEREIRA	COLÉGIO HEBRAICO BRASILEIRO RENASCENÇA
Amanda Rodrigues Guimarães	Plano de Menina
Antonio Torquato da Silva	PUC - SP
Brigitte Ursula Stach Haertel	Sim. Universidade Federal do Tocantins
caio M Costa	Colegio Rainha da Paz
CRISTIANE LOPES DOS SANTOS	Escola Estadual Alberto Torres
Cristiane Santos Barbosa	FE USP
Donny K de C P Nascimento	estudante
Donny Kurovski de Castro Paiva Nascimento	USP
Douglas Ladislau dos Santos	Ashoka Brasil
Eduardo Peterle Nascimento	Colégio Rainha da Paz
Elie Ghanem	Feusp
Elizabete Carolina Tenorio Calderon	CEETEPS
Fátima Teixeira Nunes de Oliveira	Aluna de Pedagogia da Univesp.
Franklin da Silva Bernardes	EE ANTOINE S EXUPERY - EMF MARIO LAGO
jose cicero dos santos	anhanguera
José Edson de Oliveira	Ufscar - Sorocaba - estudante de pedagogia
Kelly Cristine Correa a Silva	Colégio de Aplicação UFRGS
Kelly Cristine Correa da Silva	Colégio de Aplicação UFRGS
Letícia Teruel de Oliveira Pauferro	FE USP e EE Dr. Fausto Cardoso Figueira de Mello
Lucas Lourenço Figueiredo	UFABC
Lucca Maziero Ortega	Universidade de São Paulo
Maria Amelia Cupertino	Colégio Viver
NANCY CRISTINA MASSON	EMEFM ver. Antonio Sampaio
NANCY CRISTINA MASSON	EMEFM Ver. Antonio Sampaio
Paula Giampietri Franco	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
Paulo A. Suzuki	EEL USP
Rafael Silva de Andrade	E.E Anhanguera
Raquel do Nascimento Gomes	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Rodrigo De Lima	SED
Rosália Maria Medeiros Torquato da Silva	PUC - SP
THAÍS MUSTAFÉ SCHNECK FERREIRA	NÃO
Thais Paiva	Aprendiz
Vanessa Carnicelli	St.John's International School
Vania Masami Matsuno	PUCSP e SEE
Vitor moura Romeiro	USP
Viviane	Sim. FEUSP.
José Carlos Carreira	Escola de Aplicação da FEUSP
João Francisco Almeida Leite	
Lara Cristina Cioffi	UNIR
Francisley da Silva Dias	Teia Multicultural
Jacqueline Marinho de Sousa	Unesp Marília
Lucas Singer Justo	Teia Multicultural
Sahsha Dellatorre	Escola de Aplicação da FEUSP
Lucas	Teia Multicultural
Georgya Correa	Teia Multicultural
Aritanâ Ribeiro	Teia Multicultural
Ângelo Fagnani	Teia Multicultural
Helena Freire Weffort	Cenpec
Adriana Dall'Onder	Secretaria Municipal de Educação
Alessandra Toyama Mansur Dias	Fly Educação
Alfonso Gómez Paiva	Diretoria de Ensino Sul 3
Aline Dutra	Não
Aline Silva dos Santos	Não
Ana Carolina Barboza	UNIFESP
Ana Carolina Barboza	UNIFESP
Ana Carolina Damaso	Universidade de São Paulo
ANA CAROLINE MARTINS DE SOUZA	NÃO
Ana Clara Neves Silveira	FFLCH-USP
Andre Lazaro	Fundação Santillana
Andrea Pereira da Rocha Vega	Secretaria de Educação do Estado de SP
Angela Maria Baltieri Souza	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Anike Araujo Arnaud	Universidade de São Paulo
ANUNCIAÇÃO SILVA	UNEB
Auriana Pereira Malaquias	USP
Beatriz Ribeiro Araujo	UCB
Bernadete Pais de Oliveira Moura	Não
Bianca Castiglione	Fundação Telefonica
Brisa Socio	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

Bruna Stefanie dos Santos	Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade
Bruno Felipe Chagas	USP
Bruno França	Instituto Nossa Senhora da Glória - Macaé RJ
Camila	Rede Marista
Carlota Boto	Faculdade de Educação da USP
Carolina Russo	UNIFESP
Ceane Andrade Simões	Universidade do Estado do Amazonas
Cecilia Ester Romo Jorquera	Não
Cicera olindina dos santos	Campos Salles
Cíntia Acioli da Silva Ramos	Particular
Cintia Maria Cardoso	Universidade Federal Rural da Amazônia
Claudia Pastore	Fatec sp
Corina de Albuquerque e Silva	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Daiane Beatriz Santana dos Santos	USP
Daniel Martins Rodrigues	Feusp
Daniela de Almeida Bittencourt Moraes	USP
Daniela de Almeida Bittencourt Moraes	USP
Daniella Barroso	Centro Paula Souza
Danielly Maidana de Menezes Vieira	IFSP
Dayane Moreira Fernandes de Lima	Sim, faculdade Sumaré
Edilene souza	Sim, FFLCH USP
Eduardo Guimarães	Não
Elaine Cristina Almeida de Sena	Grupo de Estudos Ha indigenas em SP
Elaine da Silva Santana	Emei Alceu Maynard Araújo
Elisabete Cardieri	Colégio Notre Dame
Fabio Lyra	Escola Estadual
FABÍOLA PEREIRA LEMOS CANO DE HARO	Nao
Felipe Iago Moreira da Cruz	USP
Fernanda Boaventura da Conceição	USP
Fernando Henrique Marinho Santos Barbosa	SME-SP
FLAVIO LOURENÇO DE CARVALHO	CENTRO PAULA SOUZA
Gabriela	Não
Gabriela Silva Santos	Aluna Sao Camilo
Gabriella Souza Soares	UNIFAI
Gisele Ariane Piola	USP
Glaucimara baraldi	Colégio Hebraico Brasileiro Renascenca
Gustavo Severo Calisto da Silva	Faculdade SESI-SP de Educação

Helika Chikuchi	Colégio Equipe
Ingrid Matuoka	Cidade Escola Aprendiz/Centro de Referências em Educação Integral
Íris Moro Costa	Sim. Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Isa Márcia Bandeira de Brito	Escola Estadual Profa.Zuleika de Barros
Ivo Kleber de Lima	Não
Izabel Cunha Nascimento Heitor	Não
Jacyara Souza	NAO
Jefferson dos Santos Silva	Não
Jessica Michele Bispo Pereira	Secretaria Municipal de Educação de Santana de Parnaíba
João Matias Santos	EMEFM Antônio Alves Veríssimo
João Roberto de Souza Silva	Universidade Presbiteriana Mackenzie
JULIANA HOJAS DA SILVA	NÃO
Juliana Mendonça Altino de Lima	USP
Karen Mattoso Pereira Fiorin	Sim - Universidade Presbiteriana Mackenzie
Karina Piva	Anhembi Morumbi
Karlo	Ifesp
Kassia Ayumi Watanabe	Não
Katia Aparecida Cibas	Instituto Rodrigo Mendes
Laila Siwek Sala	CEu Heliópolis Prof. Arlete Persoli
Larissa de Cássia Silva Felix	Centro Universitário Anhanguera
LEANDRO YUDI SACA	Prefeitura de São Paulo e FEUSP
Leonardo Corete Giupponi	Não
LUANA PEREIRA DA SILVA	Claretiano
Lucas Logiodice	FEA-USP
Luciano de Paula Gimenes	Não
Maisa Cardozo Fidalgo Ramos	SESI/Etec
Marcelo Feitosa	Não
Marcelo Penteado de Toledo	Centro Paula Souza
Márcia Aparecida Teixeira da Costa	Escola Cefi
Márcia Cristina de Oliveira lima	SEE
Marcos Vinícius Ferreira Passos	Colégio Militar de Brasília
Maria Cecília Pinto Gomes	Universidade Paulista
Maria da Conceição Uvaldo	Universidade de São Paulo
Maria Isabel Moniz	IFSP - campus Bragança Paulista
Maria Tereza Arruda Campos	nuvem editorial
Mariana menezes marcondes	Nao
Matheus Garcia Marques Giopatto	Sim, Unifesp
Maurício Tuquim	E.E.Anderson da Silva Soares
Nathalia Marques Biazoto	USP
PATRÍCIA DOS SANTOS PESSOA	Sim. Centro Universitário Fieo
Patricia Zerino Aguillera	Prefeitura de São Paulo SME

Paula Beatriz de Matos Pires	Younder
Raimundo Marcelo de Souza Góes	Sim. UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo)
Regina Thaíse Ferreira Bento	SEE
Renan de Moraes Almeida	Sim, Unifesp
Rodrigo	Secretaria do Estado da Educação
ROSANA GONÇALVES TORQUETTE	Colégio Nacional
Roseli Trevisan	USP - fac. Educação
Samara Resende	Nao
Samira Menezes Harb	Não.
Sérgio de Queiroz Lopes	Universidade Nove de Julho.
Sergio Ricardo dos Santos	Associação Amigos do Projeto Guri
Sheila Pomilho	Grupo Marista
Simone	Unicid
Simone Siqueira	Usp
SIRLEY MORELLO CELLA	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO PADRE VICENTE RODRIGUES
Soraia Alexandra Zanzine	EMEFM Guiomar Cabral
Suellen Concurde de Oliveira	Universidade de Taubaté
Suéller Costa	ECA/USP
SUZANA CRISTINA ANDRADE MOURA	UMC
Tamiris Cristina Valentim Cypriano	FEUSP
TATIANE VISCONI	COLÉGIO OFICINA PINDORAMA
Tatiene Germano Reis Nunes	UFPA
telma pegoraro	prefeitura Cotia
Teresa Cristina Vaz Castro	EMEFM Oswaldo Aranha Bandeira de Mello
Thaís Dantas Tenório Cavalcante	USP
VANDERLEI PINHEIRO BISPO	Escola de Aplicação da FEUSP
Vaneusa Rodrigues	Sim. Etec Basilides de Godoy
Vania Aparecida Merlan de Souza Martins	feusp aluna
Vânia ribeiro	E E Azevedo Soares
Vânia ribeiro	E e Azevedo Soares
Victor Augusto Guerra Cardoso	FE-USP
Victor Schittini	USP
Vinícius França de Sene	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Vitor Barbosa Magalhães	Sim, à UNINOVE
Viviane A. Sabino	NÃO
Viviane A. Sabino	EE Prof. Vera Lucia Torres
Viviane Cristina Oliveira da Silva	Secretaria Municipal de Educação

Wendi Francine Benta Martinez	Não
William de Melo Santos	FFLCH/DG - USP
Yandra Menezes Guedes	FFLCH - USP
Helena Singer	Ashoka Brasil

Anexo II – Propostas submetidas

Proposta 1: EE ANTOINE S EXUPERY - EMF MARIO LAGO - Franklin da Silva Bernardes
(bernardesfranklin@gmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

Educação na Escola, da Família para o século XXI

Descrição da proposta:

"Escola Formar cidadãos(as) e o preparo para o mundo do Trabalho século XXI

Família Transmitir conhecimento de respeito""conviveo social"" e responsabilidade"

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio? Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Uso da Tecnologia interdisciplinar e a formação para a cidadania. Mundo do Trabalho. Século XXI

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Utilizar conhecimento tecnologico interdisciplinar historia e historiografia

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Trabalho coletivo na pesquisa, aprendizagem e a depuração.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Formação em tecnologia aplicada na área do conhecimento e em DH

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Cidadania. Conhecimento EaD. Inclusão.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Formação academica. Após LDB(96) - atualização continuada em Un. Pública

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Hierarquia e formação acadêmica EDH. Orientação Educacional. Falta de rec. Pedagógicos e Tecnológico.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Salario para Profissinais adequados para o trabalho.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? PPP

Proposta 2: St.John's International School - Vanessa Carnicelli (anunciatamoschetti@gmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

Abordagem Transdisciplinar e interdisciplinares

Descrição da proposta:

Apresentação da Proposta para enriquecimento das abordagens

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Necessidade de horario extensivo

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Formação Bilingue

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Prepara para o mundo

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Avaliação total.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Melhora educacional

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Formar profissionais capacitados

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Capacitação profissional

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Com subsidio

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Formação de centros de aprendizagem

Proposta 3: CEETEPS- Elizabete Carolina Tenorio Calderon (elizabete.tenorio@gmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

Abordar a temática da formação de competências socioemocionais enquanto tema interdisciplinar e transversal do currículo do Ensino Médio.

Descrição da proposta:

A fim de propiciar uma análise profícua da temática, explanar-se-á abordagens distintas das competências socioemocionais bem como da necessidade de tal avaliação na educação brasileira. As abordagens a serem apresentadas devem focar na Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no Banco Mundial (BM) e na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para uma melhor compreensão da aplicabilidade de tais perspectivas no contexto da educação básica brasileira, será explanada a forma com que as diretrizes e normativas mais recentes do Ministério da Educação abordam a formação socioemocional.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Uma vez que o Ensino Médio prevê um aprendizado baseado também na interdisciplinaridade e na transversalidade, a compreensão do papel da formação socioemocional na educação básica se faz pertinente no sentido de propiciar uma discussão fértil que resulte em novas propostas formativas.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

É de notório saber que, diante do constante avanço da tecnologia, as competências dirigidas a aspectos técnicos das profissões não são mais estáticas e duradouras como no século XX. Isso evidencia a necessidade de aprofundamento nos estudos acerca do desenvolvimento de competências cognitivas socioemocionais, pois estas são inerentes tanto à convivência social como à atuação profissional.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Não

Proposta 4: Secretaria do Estado da Educação SP - Rodrigo (rodrigohist@hotmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

A marginalização do adolescente

Descrição da proposta:

Com o tema "A incompatibilidade de gênios: jovens e adultos em busca da medida certa do reflexo", proponho dialogar entre autores e os meus anos de prática docente, como meninos e meninas têm sido afetados com os caprichos da sociedade pós-moderna. Históricos com a chegada de mais um smartphone ou insanos com a chegada de mais uma líder teen sucesso de likes na internet, a geração millennials tem mais pontos em comum do que multitarefas, eles formam uma grande ruptura nos alicerces sociais. A voracidade com que eles consomem dados e pacotes de navegação não apenas impressiona, mas revela que o consumismo que formou essa geração está devolvendo ao mercado o escárnio, a manifestação ostensiva de desdenhar do pacote oferecido pelos mais velhos como condição de civilidade e cidadania.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Não

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

O consumismo invadiu o ambiente escolar desorientando a educação de um sentido. A desmotivação dos jovens no ensino médio é emblemática e se torna um problema de grande volume ao longo dos anos. Nesse sentido é preciso fundamentar a avaliação da aprendizagem no contexto moral e consumista, mas de orientação à melhoria de condições de vida e bem estar desses jovens.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Sim

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Não

Proposta 5: Feusp - Viviane (vipinheiro@usp.br)

Eixo: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos.

Objetivo da proposta:

Esta proposta tem por objetivo estabelecer uma organização curricular flexível, considerando o processo de construção dos projetos de vida dos jovens alunos e alunas ao longo do ensino médio.

Descrição da proposta:

As escolas devem organizar-se por módulos semestrais, possibilitando que o ensino médio seja concluído no tempo necessário para cada aluno. Deve haver um conjunto de módulos comuns às escolas, dentro do marco de aprendizagens esperadas ao fim do segmento para oportunizar ao(à) aluno(a) compreensão crítica de mundo e exercício da cidadania, e outros módulos (eletivos) que aproximem o aluno de diferentes contextos de vivência e aprendizagem. No processo de escolha dos módulos e no seu engajamento nas atividades, os alunos e alunas poderão ressignificar suas experiências, buscando sentido nas ações presentes e nas projeções futuras. As experiências dos alunos fora da escola (trabalho, ações sociais, etc) podem ser incorporadas em seus percursos formativos. Na carga de módulos eletivos, o aluno pode cumprir suas horas em outras instituições (técnicas, por exemplo).

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

A carga de período integral proposta pela reforma do ensino médio (7 horas na escola) impossibilita que o jovem diversifique atividades fora da escola. A presente proposta indica 5 horas de aula dia (em média), chegando a 1000 horas ano. Essas horas serão relativas às ações dentro da escola (módulos obrigatórios e eletivos) e fora da escola (atividades diversificadas).

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Modifica a organização curricular das escolas, com sistema de módulos (e créditos).

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

A proposta possibilita que o aluno destine tempo ao trabalho, se desejar (por exemplo, Programa Jovem Aprendiz). Também possibilita que procure escolas técnicas para cumprir os módulos eletivos.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

A avaliação nos módulos deverá ser formativa e diversificada. A não aprovação em um módulo não significa a retenção em um ano letivo. O aluno poderá cursar o ensino médio em mais tempo, se necessário.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Cada escola deverá organizar os módulos obrigatórios e eletivos. Será necessário o acompanhamento às trajetórias formativas dos(as) estudantes. Recomenda-se a tutoria, para que um educador seja mais próximo ao(à) aluno(a) e possa intervir quando perceber que não há engajamento nas atividades intra e extra escolares.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Será necessário investimento na formação inicial e continuada dos educadores, com a reestruturação dos cursos de formação inicial, com foco nas diferentes condições e modos de vida das juventudes, bem como ações de formação continuada que inspirem novas práticas docentes, alinhadas à proposta.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Deve haver uma reorganização da equipe escolar para atendimento nos módulos obrigatórios e eletivos.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Sim

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Espera-se que a escola seja estruturada em salas ambiente, de acordo com os módulos oferecidos.

Proposta 6: Colégio de Aplicação UFRGS - Kelly Cristine Correa a Silva (kellysociologia@gmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos. Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

Oportunizar aos estudantes abordagens inovadoras no estudo de temas e conteúdos; Propiciar escolhas na composição de parte do seu histórico de estudo na escola.

Descrição da proposta:

Disciplina Eletiva: A disciplina eletiva ocupa um lugar obrigatório na grade curricular do estudante. No entanto, dentre uma lista de quinze a vinte opções ofertadas pelos professores, ele deverá optar por cursar uma a cada semestre do ano letivo. Essa modalidade de aula se caracteriza pela abordagem inovadora em relação ao conteúdo e/ou ao formato. Dois exemplos são: "Cinejuventude", que discute juventude a partir de filmes que retratam variados contextos sociais e culturais, países e épocas; e "Leituras Feministas", que introduz textos clássicos e contemporâneos relevantes para a temática feminista, tais como Simone de Beauvoir, Emma Goldman, Mary Wollstonecraft, Aleksandra Kollontai e Angela Davis.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Na verdade a resposta é "talvez". Depende de como a proposta é assimilada na grade curricular. A disciplina eletiva pode ser incorporada à carga horária regular. Ou fazer parte da criação de itinerários temáticos que aumentam a carga horária.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

A adoção de disciplinas eletivas flexibiliza a grade curricular, favorece abordagens inter, trans e multidisciplinares, além de facultar ao estudante eleger parte de seu histórico de estudo e formação escolar.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Com características práticas e perspectivas teóricas de diferentes áreas do conhecimento, a avaliação precisa captar os processos de aprendizagem de formas variadas; a concepção de avaliação precisa ser ampla e não tradicional.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

É necessário formar em uma perspectiva inter, trans e multidisciplinar.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

A adoção de disciplina eletiva requer uma organização curricular dinâmica a cada semestre e que afeta a organização de trabalho e de carga horária dos professores. Algumas podem ser ministradas individualmente, duplas ou trios, contar com convidados externos. É preciso estrutura mínima, como sala para projeção, laboratório de ciências para aulas práticas, etc.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Dependendo da oferta de disciplinas eletivas, que por definição são aulas diferenciadas, é preciso espaços e materiais adequados.

Proposta 7: Associação Amigos do Projeto Guri - Sergio Ricardo dos Santos
(sergiosantos.ricardo@gmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos., Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares., Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.

Objetivo da proposta:

Levar Conceitos Essenciais de Música para à pré-escola, fundamental I e II através de uma metodologia simples e eficiente.

Descrição da proposta:

Trabalhar em sala de aula, conceitos musicais na educação infantil e creches, com práxis experimentadas em conceitos essenciais de música para formação dos alunos, sua ludicidade para se ter uma universalização, através de uma metodologia lúdica que ajudará os educadores, pedagogos(as) em formação, quanto àqueles que atuam nas escolas públicas.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Em meu entendimento, há de se ter uma carga horária de, pelo menos, 1h aula, duas a três vezes por semana, para a chamada memorabilia dos conceitos e práticas essências de Música na escola.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Não

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Treinamento e work shops para os profissionais da área da educação infantil e creches, sumariamente, seria importante para apreensão do conteúdo, sua aplicação, implicação e implementação da metodologia.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Universalizar o acesso dos pedagogos (as) aos conceitos musicais essenciais para se ter uma perspectiva equânime na arte educação musical.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Não

Proposta 8: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - Brisa Socio (brisasocio@gmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos., Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares., Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.

Objetivo da proposta:

Levar o estudante e toda a comunidade escolar a ver quem são, o que eles significam a si próprios e diante o mundo. Levar a escola pública à reflexões ontológicas de modo que seja possível "caminhar" conscientemente.

Descrição da proposta:

Através de exercícios reflexivos e dialógicos, efetuados à partir de questões ontológicas levantadas, levar os alunos num primeiro e toda a comunidade escolar de modo gradual a fornecer feedback a questões como Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou? Qual meu propósito de estar aqui? O que devo fazer, de acordo com uma tomada de decisão que leva em consideração a ética e a moral.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

O tempo dedicado a determinada tarefa deve ser observado de modo que a carga horária se adapte às necessidades do estudante de modo realista e flexível

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

As políticas curriculares do ensino médio deve olhar para a história da instituição suas ideologias e deve ser apontadas os pontos que convém ser mudados ou transformados, caso o histórico desta escola tenha favorecido a exclusão e a desigualdade social.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Sim pois ajudará a dar sentido para as ações do futuro técnico profissional.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

As políticas de avaliação da aprendizagem não devem alienar o sentido da aprendizagem para o estudante do Ensino Médio na escola pública.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

As normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino devem se dispor a oportunizar as mais variadas experiências pedagógicas, de modo a flexibilizar sobre a forma mais adequada do aluno exercer seu modus operandi.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Ela abrange todas as modalidades.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

A Formação Inicial e ou Continuada leva aos profissionais às ações éticas.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

As condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar devem estar afinados com o interesse na boa qualidade do serviço prestado pela instituição.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Os recursos devem ser utilizados de modo racional e de modo inclusivo e democrático.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Quanto à infraestrutura da escola, a proposta deve se adequar a ela e se necessário, deve-se ser melhorada através de recursos para essa finalidade.

Proposta 9: PUC - SP - Antonio Torquato da Silva (antonio251097@hotmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos., Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares., Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas..

Objetivo da proposta:

Promover a aprendizagem significativa sobre o universo do Ensino Superior explorando o ensino acadêmico e o ensino profissional e desenvolver na comunidade escolar a consciência sobre a importância da finalidade do Ensino Médio de acordo com a LDB 9394/96 (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>, s.d.) em seu Art. 35º incisos I e II. "Art. 35º.

Descrição da proposta:

EXPLORANDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Autor: Antonio Torquato da Silva

OBJETIVOS:

Promover a aprendizagem significativa sobre o universo do Ensino Superior explorando o ensino acadêmico e o ensino profissional e desenvolver na comunidade escolar a consciência sobre a importância da finalidade do Ensino Médio de acordo com a LDB 9394/96 (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>, s.d.) em seu Art. 35º incisos I e II. "Art. 35º.

JUSTIFICATIVA:

Olhares sobre o Ensino Superior:

A despesa por estudante mostra que o Brasil gasta muito mais no Ensino superior e muito menos no Ensino básico. Considerando todos os níveis de governo, o Brasil gastou, em 2010, US\$ 2.653 por Aluno no Ensino Básico, e cinco vezes mais no Ensino Superior, com US\$ 13.137 por estudante.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Requer conhecimento prévio dos interesses dos estudantes.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

É necessário apresentar as opções técnicas e profissionais de cada realidade.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Possibilita o desenvolvimento das relações interpessoais na comunidade escolar.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Requer investimentos para visitas de campo.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Requer adaptação para cada modalidade.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Requer dos profissionais atualização quanto ao Ensino Superior.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Não.

Proposta 10: Colégio Viver - Maria Amelia Cupertino (mariaamelia@colegioviver.com.br)

Eixo: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos., Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares., Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.

Objetivo da proposta:

A proposta tem como objetivo central apontar uma possibilidade de organização curricular flexível, que leve em conta tanto os requisitos de formação básica como os interesses específicos dos alunos e as necessidades do grupo (tanto do ponto de vista de sua formação sociocultural, como do ponto de vista afetivo).

Descrição da proposta:

Trata-se da apresentação sistema que está sendo criado no Colégio Viver, sobretudo no que se refere aos requisitos mínimos, organização de grade e sistema de promoção. Resumidamente, o atual sistema baseia-se em parte no sistema de créditos das Universidades, mas inclui não só matérias (aqui chamadas de módulos presenciais) obrigatórias e optativas, mas também considera estudos autônomos a partir de roteiros, projetos pessoais, estágios, e horas de extensão cultural.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

A medida que se abre espaço para escolhas pessoais, o tempo destinado aos módulos obrigatórios tem que ser reduzido ao mínimo possível. Ao mesmo tempo, nesse sistema não há uma serialização, uma vez que mesmo com os módulos obrigatórios o estudante pode decidir a sequência e concentração deles nos 3 anos de curso (ou até ampliar o tempo para 4 anos, sem ser considerado uma reprovação).

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

É preciso criar uma sistemática de avaliação dos estudos autônomos, bem como uma tabela de equivalências para quem ingressa nos 2o ou 3o anos. Além disso, é necessário incluir um parâmetro de unidades de estudo que seja flexível, pois alguém pode se aprofundar em um memo tema, portanto seu esforço tem que se considerado de forma diferenciada daquele que só tratou o básico.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Tal proposta demandaria dos profissionais uma formação maior quanto ao trabalho por projetos.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Não.

Proposta 11: Universidade Presbiteriana Mackenzie- Karen Mattoso Pereira Fiorin
(k_mattoso@hotmail.com)

Eixo: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos., Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares., Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.

Objetivo da proposta:

Desenvolver um currículo do Ensino Médio que objetive uma formação crítico-social do indivíduo tanto para sua formação indivíduo-sociedade, tanto para com seu meio ambiente.

Descrição da proposta:

A partir de uma nítida crise socioambiental, é necessário colocar a escola, espaço de importante formação social, à frente das necessidades atuais do mundo. O indivíduo não pode mais ser pensado como um único agente que é endoculturado em/por uma sociedade, mas deve ser tido como um indivíduo que o faz em um meio específico - alterando-o e participando do mesmo de forma retroalimentativa.

A proposta envolve a inserção de conceitos e temáticas da educação ambiental, tais como: a influencia do sistema socioeconômico de acumulo de capital na manutenção dos ciclos biogeoquímicos, ação antrópica nos meios urbanos, consequências do aumento da densidade populacional e a pressão que tal fato exerce no ambiente, tal como o abuso de transgênicos e agrotóxicos, exploração indiscriminada dos recursos naturais, e aumento da concentração de lixo e seus impactos naturais e sociais.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Essa proposta deve ser inserida no Ensino Médio de maneira transversal, não constituindo uma nova disciplina.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Não exige novas formações, mas exige inserções inovadoras no processo formativo, chamando a atenção também ao que se refere ao meio dos indivíduos.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Não.

Proposta 12: Feusp - Elie Ghanem (elie@usp.br)

Eixo: Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.

Objetivo da proposta:

Incentivar o aprendizado de aspectos de subjetividade pessoal e de realidades locais contribuindo com a fundamentação de opiniões de integrantes de comunidades escolares e de grupos próximos.

Descrição da proposta:

Programa do MEC em corresponsabilidade com secretarias estaduais e municipais de educação para fornecer apoio especializado e recursos financeiros a projetos de grupos de docentes dedicados a levantar temas de investigação participativa e realização de debates públicos em seus estabelecimentos, centrados em aspectos de subjetividade pessoal e de realidades locais.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

As disciplinas poderão incluir o levantamento dos temas, a pesquisa a respeito e a organização de informações para fundamentar sua abordagem, bem como o seu compartilhamento em debates públicos.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

O mencionado apoio especializado poderá abarcar formas de avaliação de aprendizagens proporcionadas pelos projetos a estudantes e demais participantes dos debates públicos.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Agentes intermediários entre os níveis hierárquicos superiores das secretarias de educação e os estabelecimentos, tais como supervisores(as), deverão auxiliar na tomada de decisões que viabilizem administrativamente a elaboração e realização dos projetos.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

O apoio especializado pode incluir ações de formação de pessoal de unidades escolares, que contem com normas para viabilizar a participação de pessoal em serviço e de estudantes de pedagogia e outras licenciaturas, inclusive durante estágios.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Requer uma linha de financiamento para o apoio especializado e os recursos financeiros que serão postos à disposição de grupos de docentes de cada escola.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Os recursos financeiros podem ser direcionados a pequenas reformas que favoreçam a realização de debates públicos em cada escola.

Proposta 13: EMEFM Antônio Alves Veríssimo - João Matias Santos (jmsantos231@gmail.com)

Eixo: Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.

Objetivo da proposta:

Considerar o território e a contribuição deste para um currículo local. Sem se afastar de necessidades maiores.

Descrição da proposta:

A partir do registro e construção de atividades motivadas por questões locais expansão para compreensão da estrutura social e suas implicações.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Consideração de atividades ampliadas que abarquem a diversidade e a caracterização dos indivíduos, seu território e os dados relacionais.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Desterritorialização do currículo prescrito para uma construção paulatina e diuturna de um currículo contextual e local.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

A avaliação é compartilhada e institucionalizada
Transcrita pela participação do indivíduo no processo.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Desconfigura a limitação de programa sem distúrbios mentais. Exige uma forma coerente e robusta.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Flexibilidade

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Preparar para a linguagem e ação tecnológica e mediada.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Alteração de tempo de espaço.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Necessidade de celeridade em discussões e liberação de recurso

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Precisa de espaço diversificado

Proposta 14: Feusp - Elie Ghanem (elie@usp.br)

Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

Proporcionar adequação entre a escolarização de nível médio e a integração de jovens à economia.

Descrição da proposta:

Criar um sistema de informação sobre políticas de emprego e renda, assim como sobre vagas em empregos e outras oportunidades de geração de renda para estudantes e concluintes do ensino médio, que subsidie corpos docentes e discentes a realizar o objetivo constitucional (art. 205) de qualificação para o trabalho.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

As disciplinas poderão usar a informação do sistema para tematizar o trabalho alienado e o criativo, os direitos e as relações trabalhistas, o trabalho infantil e o análogo ao de escravo, os movimentos e organizações de categorias ocupacionais, as limitações dos mercados de trabalho e as possibilidades de adequá-lo, com políticas econômicas democráticas, às necessidades de quem trabalha.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

A proposta supera a perspectiva recorrente que traduz a prescrição constitucional de qualificação para o trabalho apenas por meio de cursos de preparação técnica e profissionalizante. Isso mantém a escola básica comum omissa quanto à responsabilidade de realizar o objetivo educacional posto pela Constituição.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Inclui o objetivo de qualificação para o trabalho entre os aspectos a serem avaliados na educação escolar.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

O sistema de informação proposto precisa da interação com o professorado e grupos gestores de estabelecimentos e redes, permitindo que influam em seu formato e formas de utilização.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Requer atuação complementar que coloque em pauta e subsidie profissionais das escolas a lidar com o objetivo de qualificação para o trabalho.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Requer destinação de recursos financeiros para a criação e operação do sistema de informação.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? O sistema proposto requer equipamentos digitais para sua operação.

Proposta 15: Universidade Presbiteriana Mackenzie - Allison Vargas da Silva
(allisonvargas@outlook.com.br)

Eixo: Organização curricular que possibilite diversas trajetórias/percursos formativos., Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares., Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.

Objetivo da proposta:

Desenvolver um currículo do Ensino Médio que objetive uma formação crítico-social do indivíduo tanto para sua formação indivíduo-sociedade, tanto para com seu meio ambiente.

Descrição da proposta:

A partir de uma nítida crise socioambiental, é necessário colocar a escola, espaço de importante formação social, à frente das necessidades atuais do mundo. O indivíduo não pode mais ser pensado como um único agente que é endoculturado em/por uma sociedade, mas deve ser tido como um indivíduo que o faz em um meio específico - alterando-o e participando do mesmo de forma retroalimentativa.

A proposta envolve a inserção de conceitos e temáticas da educação ambiental, tal como: a influência do sistema socioeconômico de acumulo de capital na manutenção dos ciclos biogeoquímicos, ação antrópica nos meios urbanos, consequências do aumento da densidade populacional e a pressão que tal fato exerce no ambiente, tal como o abuso de transgênicos e agrotóxicos, exploração indiscriminada dos recursos naturais, e aumento da concentração de lixo e seus impactos naturais e sociais.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Tal proposta deve ser encarada como um eixo transversal no que se refere aos conteúdos do Ensino Médio, não constituindo uma disciplina outra.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Não deve ser exigida uma nova formação, mas devem ser inseridas no ato formativo questões que promovam a reflexão a cerca da necessidade de considerar o meio na formação do indivíduo.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola? Não.

Proposta 16: Ashoka Brasil – Douglas Ladislau dos Santos (dladislau@ashoka.org)

Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

Título: “Tecnociência cidadã na escola”. Objetivo: Instituir uma política pública nacional de desenvolvimento tecnocientífico atrelada às construções curriculares de escolas de nível médio.

Descrição da proposta:

A BNCC do Ensino Médio apresenta novidades curriculares no que tange aos aprendizados tecnocientíficos. Há, por exemplo, a exigência de se desenvolver competências nos campos do pensamento computacional e da cultura digital. Além disso, as DCNEM tornam possível, em escolas de nível médio, a chamada educação a distância. No Brasil atual, educação a distância virou sinônimo de educação mediada por TICs. Dada a assimetria percebida no campo do desenvolvimento tecnocientífico, a construção de artefatos educacionais que auxiliam uma educação a distância concentra-se em uma rede circunscrita às grandes corporações tecnocientíficas, muitas delas transnacionais, cujas plantas de P&D&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) encontram-se em poucos países do Norte. Observa-se a proliferação destes artefatos tecnológicos educacionais no país, cujos princípios são a privatização, financeirização e fechamento destes artefatos por meio das obsoletas normativas do patenteamento e propriedade intelectual e industrial. Para fazer frente a esses desafios, esta proposta estabelece diretrizes para a construção de uma política pública nacional de desenvolvimento tecnocientífico atrelada às construções curriculares de escolas de nível médio em curso.

Diretrizes da política nacional “tecnociência cidadã na escola”:

1. O desenvolvimento, fornecimento e manutenção de tecnologias educacionais (termo em uso pelo MEC, conforme política nacional de avaliação de artefatos tecnológicos voltados para a educação básica) deve se dar, obrigatoriamente nas seguintes instituições:
 - 1.1 Escolas de nível médio, técnicas ou regulares;
 - 1.2 Universidades ou centros de pesquisa públicos;
 - 1.3 Universidades ou centros de pesquisa privados, sem fins lucrativos, com notável relevância, a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional (Capes e CNPq para políticas nacionais, e também instituições estaduais, como a Fapesp);
 - 1.4 Organizações do terceiro setor que atuem na área de P&D&I, com trabalho de notável relevância, a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional (Capes e CNPq para políticas nacionais, e também instituições estaduais, como a Fapesp);
 - 1.5 Empresas e corporações tecnocientíficas privadas e lucrativas, com trabalho de notável relevância, a ser avaliada pelos órgãos públicos da área científica e educacional (Capes e CNPq para políticas nacionais, e também instituições estaduais, como a Fapesp).
2. Nos casos em que o desenvolvimento, fornecimento e manutenção de tecnologias educacionais ocorram nas instituições citadas em 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, a etapa de desenvolvimento deve ocorrer em coparticipação com, pelo menos, 20 unidades escolares públicas de nível médio, com preferência para aquelas situadas em territórios marcados pela ausência de equipamentos públicos culturais e tecnocientíficos e com alto índice de vulnerabilidade social.
3. Nos casos em que o desenvolvimento, fornecimento e manutenção de tecnologias educacionais ocorram nas instituições citadas em 1.5, haverá a contraprestação obrigatória para cada tecnologia vendida para um dos entes federativos, por parte da empresa ou corporação fornecedora. A empresa ou corporação desenvolvedora, fornecedora ou mantenedora de tecnologias educacionais (aqui se enquadram também as instituições responsáveis por implantar a educação a distância mediada por TICs em escolas públicas) será obrigada a reinvestir 50% de todo o lucro líquido auferido em contratos com o poder público em: construção de Fab Labs, no fornecimento de internet banda larga e no treinamento técnico do pessoal responsável por esses artefatos em unidades escolares públicas de nível médio, com preferência para aquelas situadas em territórios marcados pela ausência de equipamentos públicos culturais e tecnocientíficos e com alto índice de vulnerabilidade social.
4. Toda tecnologia educacional destinada às escolas de educação básica deverão respeitar os princípios do REA (recursos educacionais abertos): código aberto e registrados em domínio público ou licença aberta.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Sim. Em escolas participantes do programa “Tecnociência cidadã na escola”, haverá tempo específico destinado à P&D&I.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Sim. Em escolas participantes do programa “Tecnociência cidadã na escola”, haverá uma combinação curricular alternativa, que contemplará conhecimentos e modos de fazer relacionados às práticas contemporâneas de P&D&I cidadãs.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Sim. A escola participante do programa se constituirá com um verdadeiro espaço de P&D&I, entrando na grande rede de produção tecnocientífica, oportunizando formação técnica aos educandos de nível médio.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Sim, o objetivo da proposta é impactar nas outras modalidades.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Sim. Para fazer frente aos desafios postos por uma tecnociência cidadã, deverá ocorrer mudanças na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Uma das possibilidades na formação inicial é incluir disciplinas transdisciplinares nos currículos com o tema “tecnociência cidadã” e, por meio de residências pedagógicas, contar com os educandos universitários nos espaços de produção tecnocientíficas nas unidades escolares de nível médio.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Não

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Sim. Deverá se constituir uma linha de financiamento específica.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola?

Sim. A escola participante passará a funcionar como um grande laboratório experimental, por este motivo, sua estrutura física deverá sofrer pontuais, mas decisivas alterações, sobretudo na constituição de laboratórios de prototipagem e na instalação de internet banda larga de alta velocidade.

Proposta 17: Diretoria de Ensino Sul 3 – Alfonso Gómez Paiva (alfonsopaiva@usp.br)

Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

Promover a organização curricular que favoreça abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares de forma contextualizada.

Descrição da proposta:

As ações deverão atuar em duas linhas de frente, uma voltada a formação inicial e outra direcionada a formação continuada de professores e demais educadores. -Nesse sentido, promover ações (debates, seminários, vídeo conferências, programas de televisão e internet e consulta via plataformas digitais) que devem mobilizar a sociedade civil organizada e as instituições de ensino superior a debater as diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura no sentido de formar docentes e gestores capacitados a trabalharem de forma interdisciplinar, não disciplinar e contextualizada. Tais debates devem envolver o MEC, as secretarias estaduais/ municipais de educação, bem como seus respectivos conselhos de educação. -Estimular as secretarias de educação a contratarem os professores em regime integral (40h), reservando parte dessa carga horária exclusivamente para estudos individuais e coletivos. -Promover o debate no MEC e no Conselho Nacional de Educação de modo a garantir que as disciplinas na área de didática e metodologia de ensino das disciplinas específicas sejam ministradas por mestres ou doutores cuja as respectivas pesquisas abordem a temática. As ações relativas à formação continuada devem ser promovidas pelas secretarias municipais/ estaduais e suas respectivas diretorias regionais. As mesmas devem envolver seminários, disseminação de boas práticas, ciclo de debates, cursos e orientações técnicas para todos os educadores (professores, gestores e demais funções). As primeiras ações devem ser de sensibilização da comunidade escolar, seguidas de outras de formação e implantação de projetos nas

unidades escolares. Para esse fim, as secretarias ou diretorias regionais poderão estabelecer parcerias com organizações não governamentais e/ou universidades. Para estimular as escolas a desenvolverem projetos interdisciplinares, as secretarias deverão criar programas de implementação de projetos descentralizados nas unidades escolares da educação básica para disponibilização de recursos financeiros.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Estimulando ações voltadas para a formação inicial e continuada dos educadores, bem como a criação de programas de financiamento de projetos descentralizados das unidades escolares.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Atua na formação inicial e continuada de todos os educadores, sejam eles gestores, docentes ou demais profissionais.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Ao estabelecer novas formas da prática docente se faz necessária a reflexão e adoção de estratégias diferenciadas de avaliação da aprendizagem.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Ela atua na formação inicial dos gestores, bem como estimula que o mesmo desenvolva projetos na perspectiva interdisciplinar ou de caráter não disciplinar.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Aborda as diretrizes curriculares nacionais de cursos de licenciatura e os papéis das secretarias de educação municipais/ estaduais.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Carga horária do professor de 40h contemplando horário exclusivo para estudos individuais e coletivos.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola?

Não.

Proposta 18: Diretoria de Ensino Sul 3 – Léssio Lima Cardoso (alfonsopaiva@usp.br)

Eixo: Organização curricular que possibilite abordagens interdisciplinares, transdisciplinares ou não disciplinares.

Objetivo da proposta:

Utilizar a tecnologia digital para organizar o currículo em função das diversas trajetórias/percursos formativos.

Descrição da proposta:

A proposta propõe desenvolver uma plataforma online, nas redes de ensino, para orientar o projeto de vida e, por conseguinte, também a trajetória/percurso formativo. Além da plataforma digital, propõe também estabelecer condições para que os professores das redes atuem como tutores, isto é, mediadores entre os educandos e seus projetos de vida, por meio de ações voltadas para a formação continuada e inicial dos profissionais da educação. Estabelece, para o professor tutor, a carga horária semanal de 40 horas, com reserva de horário para sua formação e acompanhamento dos educandos. Esta proposta prevê ações de incentivo para parcerias com agentes externos, na área de assessoria técnica, formação de tutores e desenvolvimento da plataforma. Para estruturar os percursos formativos, esta proposta opta pelo estímulo ao empreendedorismo.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Sim. As trajetórias/percursos formativos serão construídos à medida que for surgindo o projeto de vida dos educandos.

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Sim, por meio do estímulo ao empreendedorismo.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Sim. Pois a avaliação deverá se adaptar aos percursos e projetos de vida dos educandos.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

Não.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

Sim. A proposta estabelece uma política de formação continuada, pois haverá a construção da perspectiva de professor como tutor.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Carga horária do professor de 40h contemplando horário exclusivo para estudos individuais e coletivos.

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Sim. Requer linha de financiamento para a construção da plataforma digital.

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola?

Sim. Requer melhoria da infraestrutura (internet, espaços físicos) para essa política.

Proposta 19: EMEFM Guiomar Cabral – Soraia Alexandra Zanzine (soraia.alexandra@terra.com.br)

Eixo: Organização que possibilite a construção contextualizada dos currículos das escolas.

Objetivo da proposta:

Atender parte significativa de estudantes SURDOS do território!

Descrição da proposta:

Inclusão de ensino de LIBRAS no currículo da escola, a partir do 5 ° ano do Fundamental II.

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à carga horária do ensino médio?

Com a diminuição da carga horária proposta pelo MEC, a inclusão de LIBRAS carece de readequação curricular!

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas curriculares do ensino médio?

Vislumbra corrigir, enriquecer e melhorar o atendimento que hoje é oferecido!

A sua proposta impacta as normativas para a formação técnica e profissional de algum modo específico?

Acresce mais uma alternativa que vislumbra a formação técnica para seguimento interessado!

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de avaliação da aprendizagem no ensino médio?

Melhora o potencial de estudantes SURDOS e demais interessados na aquisição de conteúdo curricular que favorece o ensino e a aprendizagem de estudantes Surdos!

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas à gestão escolar e/ou à gestão das redes de ensino?

Sim. Impacta diretamente sobre a importância de destinação de recursos para implementação curricular de práticas que vislumbram a aquisição da Língua Brasileira de Sinais

A sua proposta tem alguma implicação específica para as outras modalidades: educação de pessoas jovens e adultas / educação no campo / educação quilombola / educação indígena / educação especial / educação a distância?

A surdez não é exclusiva de população/etnia/raça/cor! Pode ser oferecida através da modalidade Ensino a Distância para todas as localidades do país, indistintamente!

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de Formação (inicial / continuada) de profissionais da educação?

A LIBRAS não pode ser considerada um ensino periférico, tem que ser incluída na formação de educadores obrigatoriamente e fazer parte das formações continuadas, obrigatoriamente!

A sua proposta tem alguma implicação para as normativas relativas às condições de trabalho, contratação e organização da equipe escolar?

Precisamos de Profissionais proficientes em LIBRAS, necessariamente! Nossa escola, especialmente conta com a contratação de Intérpretes em LIBRAS desde 2004. Prática que existe devido ao fato de não termos estes Profissionais na rede pública municipal!

A sua proposta tem alguma implicação para as políticas de financiamento do ensino médio?

Requerente destinação de verbas e orçamentos para implantar uma Política Pública que no momento, inexistente oficialmente!

A sua proposta tem alguma implicação específica para a infraestrutura da escola?

Se assumida oficialmente, sim! Requer readequação curricular ou não, se oferecida extracurriculares te para público interessado, fora do horário oficial de aulas!